



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 22 - julho de 2019

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2019i22p114-130>

**Literatura, ética e alteridade.
Seis proposições para a formação do leitor**

**Literature, ethics and alterity.
Six propositions for the formation of the reader**

*Nazareth Salutto**

RESUMO

Em quais linhas de sentido transitam ética, alteridade e direito na literatura? Essa indagação mobiliza as reflexões do texto a ser analisado, que, tomando a literatura como manifestação ética da palavra do outro, apresenta seis proposições para a formação do leitor. Para tanto, parte dos seguintes princípios: do direito à literatura como condição humana inalienável (CANDIDO, 2011); da literatura como ação política por sua dimensão alteritária, que opõe e ultrapassa, dialoga e amplia o discurso entre ficção e vida. Assim, considera que a formação do(s) leitor(es) implica assumir tais princípios, contemplando a esfera subjetiva provocada pela imersão na palavra do outro. O texto inicia com considerações sobre a função e o papel da literatura, considerando-a como força transformadora do mundo (TODOROV, 2009). Em seguida, no diálogo com autores literários, aponta seis proposições para a formação do leitor literário. Finaliza com considerações acerca desses princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Alteridade; Literatura; Formação do leitor

ABSTRACT

Along which lines do ethic, alterity and law move in literature? This question mobilizes the reflections of the present paper, which, by taking literature as the ethical manifestation of the word of the other, puts forward six propositions for the formation of the reader. In that sense, it is grounded on the following principles: the right to literature as an inalienable human condition (CANDIDO, 2011); literature as political action because of its dimension of alterity, which opposes and surpasses, engages in dialogue and expands the discourse between fiction and life. Thus, he considers that the formation of the reader (s) implies assuming such principles, contemplating the subjective sphere provoked by the immersion in the word of the other. The text begins with considerations about the role and role of literature, considering it as a transforming

* Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – FEUFF – Niterói – RJ – Brasil – nazarethssalutto@gmail.com



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 22 - julho de 2019

force of the world (TODOROV, 2009). Then, in the dialogue with literary authors, he points out six propositions for the formation of the literary reader. It concludes with considerations about these principles.

KEYWORDS: Ethic; Otherness; Literature; Formation of the reader

Introdução

Para Todorov (2009), a literatura compreende a arte ficcional, manifesta por meio do discurso literário que reinventa o mundo sob o olhar e sentidos de um outro, abarcando limites e ambivalências da vida. Nesse sentido, pode-se assumir a literatura como força ética e estética de ser e agir no mundo: “[...] mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo [...]” (p. 23).

A literatura contempla e extrapola limites da experiência do viver, daí seu caráter alteritário, capaz de contemplar a multiplicidade e a polissemia das vozes que habitam a esfera cotidiana. Nesses termos, a literatura também anuncia ao homem sua necessidade da presença da palavra do outro, uma vez que “[...] somos todos feitos do que os outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interações com os outros [...]” (TODOROV, 2009, p. 23-24). Assim concebida, a literatura alarga a experiência de viver, de entrar e estar em relação, de escutar a si mesmo e ao outro.

Sendo *feitos do que os outros seres humanos nos dão*, não seria incorreto afirmar que a literatura também necessita ser compartilhada. Pela voz e mãos de outro, a literatura pode ampliar a si mesma, romper a fissura das margens e comparecer na vida do *outro*, o que torna o papel da formação do leitor ação política, mediada pela palavra e pela experiência do outro. Um leitor não se faz sozinho, mas por meio de uma rede que envolve práticas, livros, leitores outros que sejam capazes de semear sentidos de pertencimento da literatura no cotidiano humano. A literatura concebe a ambivalência da vida e, nessa mesma medida, necessita dos sentidos que a façam permanecer. O ciclo da vida movimenta a literatura. Estreitando a urdidura entre os constituintes da literatura e sua necessária expressão na esfera da vida humana, ou seja, do compromisso ético com a formação do leitor, toma-se o fio do *direito à literatura* (CANDIDO, 2011).

1 Literatura: ética, alteridade e direito

Se a literatura pode ser tomada como expressão estética alargada da vida cotidiana, ler literatura deve ser considerado direito humano. Nesse sentido, seria correto afirmar que a legislação brasileira atua positivamente por meio de políticas do

livro e da leitura, como o Plano Nacional do Livro na Escola (BRASIL, 2006, 2010), da composição de acervos como o Plano Nacional Biblioteca na Escola (BRASIL, 2010, 2013), da lei 12.244, que define que até o ano de 2020 todas as instituições educativas deverão ter bibliotecas (BRASIL, 2010), às iniciativas e projetos de instituições como a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (2008); ações como o Movimento por um Brasil literário, na promoção da leitura em todo o território nacional, entre outras políticas e iniciativas.

Contudo, mesmo que fundamental e necessária, a formação do leitor não se realiza apenas na esfera legislativa. Se assim fosse, a afirmação de que “[...] a leitura literária é um direito que ainda não está garantido [...]” (QUEIRÓS, 2012, p. 118) não seria uma realidade nos cenários educacional e social. De que modo condensar as esferas estética (expressão alargada da experiência da vida) e ética (direito) da literatura sem as contradizer? Como aliar palavra literária e experiência do leitor sem borrar o limiar estético, ficcional, aberto, múltiplo da literatura em nome da técnica, do ensino da literatura?

O diálogo com Candido (2011) ajuda a aproximar os contornos do direito à literatura. Para o autor, por meio das disputas travadas socialmente, cada época constrói e fixa critérios sobre o que vêm a ser direitos humanos. As alterações de critérios e sentidos através dos tempos fez com que as sociedades avançassem do que o autor denomina de um estado de barbárie para um momento que tornou possível reorganizar, excluir e constituir novos parâmetros sociais e políticos a respeito dos direitos humanos, ainda que carregado de contradições.

Desse modo, o autor delinea sua concepção sobre o que considera direitos humanos a partir da ideia do que denomina bens compressíveis e bens incompressíveis. Os bens compressíveis seriam produtos como acessórios, cosméticos; tudo que corresponde ao supérfluo. Os bens incompressíveis, ao contrário, estariam na ordem do que é essencial, como o direito de se alimentar, ter onde morar, o direito à saúde, à justiça, à liberdade; e que, portanto, não podem ser negados a ninguém (CANDIDO, 2011, p. 175-176). Para que se constituam como direitos humanos, os bens incompressíveis devem ser tratados tanto do ponto de vista individual como coletivo.

Para o autor, a literatura – definida por ele como todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático (p. 176) –, para ser considerada um bem incompressível e, portanto, direito de todos, depende do que e como a sociedade organiza e fixa como critério para tal compreensão. Por ser uma produção que se origina na trama social e

cultural de todos os tempos e de forma específica e peculiar de cada povo, o autor defende a literatura enquanto bem incompressível:

[...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens, em todos os tempos [...]. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco [...] a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação se constituiu um direito. (CANDIDO, 2011, p. 176-177).

É importante ler literatura!, bradam tantas preleções cotidianas e oficiais sobre o sentido oficioso de ler. Contudo, a importância do ato de ler literatura não pode ser medida apenas pelo discurso exterior, descolado do sentido atribuído por aquele que lê. Entre a apresentação dos livros e textos literários e a assumpção da literatura como partícipe da vida, existem caminhos, fronteiras, escolhas que se tecem nas mediações que atravessam a vida. Um brevíssimo exercício em torno da pergunta “por que leio ou não literatura?” abriria um espectro de narrativas que sinalizam os múltiplos (des)encontros e (des)caminhos entre literatura e seus leitores¹. Contudo, se ocorreu um encontro com a literatura, os motivos que a fazem permanecer na trajetória do leitor são particulares e sinuosos.

Sendo assim, assumir a literatura como um direito diz respeito ao reconhecimento da necessidade humana de experiências ficcionais, que extrapolem a esfera da vida cotidiana, que emprestem lentes com as quais seja possível redimensionar a esfera do vivido. Ler literatura, portanto, se faz necessário porque se trata de uma forma de diálogo, um modo de escutar, de conhecer, de compreender, de indagar, de enfrentar. Desse modo, a literatura tanto contempla como extrapola o nível pragmático e legal do direito à literatura, uma vez que

[...] (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é

¹ Para ampliação dessa temática, ver pesquisa FAILLA, Retratos da leitura no Brasil (edição atual - ano 2016). Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf.

uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 2011, p. 178-179).

Se distanciada desses princípios, a literatura corre perigo, não por escassez de bons poetas ou ficcionistas, ou pelo esgotamento da produção literária, mas na forma reduzidamente empobrecida, ou pretensiosamente erudita, com que a literatura vem comparecendo (quando isso acontece) na cena com jovens leitores, da educação básica ao ensino superior:

[...] por uma estranha inversão, o estudante não entra em contato com a literatura mediante a leitura dos textos literários propriamente ditos, mas com alguma forma de crítica, de teoria ou de história literária. Isto é, seu acesso à literatura é mediado pela forma ‘disciplinar’ e institucional. Para esse jovem, literatura passa a ser então muito mais uma matéria escolar a ser aprendida em sua periodização do que um agente de conhecimento sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre a vida íntima e pública. (TODOROV, 2009, p. 10).

Partindo das considerações sobre literatura como palavra do outro, como expressão estética e alargada do viver, e do princípio ético da literatura como necessidade e direito inalienável da esfera humana, a seguir são apresentadas seis propostas para a formação do leitor. Para tanto, faz-se necessário tornar claro que essas seis propostas contêm sua própria ficcionalidade, tecidas com fios de muitas outras vozes, e não têm a pretensão de abarcar o amplo cenário dos estudos e pesquisas em torno da formação do leitor. Sendo assim, caminham com certa liberdade, e também esperança, de convidar diferentes leitores à leitura literária.

As seis propostas a seguir são inspiradas, além de outros textos e autores, nas *Seis propostas para o próximo milênio*, de Italo Calvino (1990), especialmente pelo que autor anuncia, logo nas primeiras páginas, sobre os “valores, qualidades, especificidades” a serem preservadas na literatura (CALVINO, 1990, p. 11).

A perspectiva de que a literatura contempla algo a ser preservado convoca, mais uma vez, à posição ética dos que ocupam o lugar de formadores de leitores, mesmo de leitores de literatura. Como fazer jus ao seus *valores, qualidades e especificidades*? Tarefa que se impõe e convoca à atuação ética que, em alguma medida, se aproxima das propostas de Calvino (leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade) e de sua prerrogativa de que “[...] minha confiança no futuro da literatura consiste em saber que há coisas que só a literatura com seus meios específicos pode nos dar” (p. 11). O futuro da literatura pode contemplar outras dimensões da vida e da humanidade?

As seis propostas são: (1) começar por si; (2) fazer do tempo companheiro; (3) ter o outro como cúmplice; (4) ter a cultura como aposta; (5) assumir a literatura como alteridade; (6) não ficar em si mesmo.

2 Seis filiações para a formação do leitor de literatura

Proposta um – COMEÇAR POR SI

No livro *O caminho do homem segundo o pensamento hassídico*, Martin Buber (2006), filósofo do diálogo, compilador de histórias hassídicas, sugere como um dos caminhos *começar consigo mesmo*:

Trata-se apenas de começar consigo mesmo, e nesse momento não devo me preocupar com nada no mundo senão esse começo. Qualquer outra atitude me desvia do meu começo, enfraquece minha iniciativa, frustra o empreendimento audaz e poderoso. O ponto arquimediano no qual posso movimentar o mundo a partir do meu lugar é minha própria transformação. (p. 32).

Se a formação do leitor exige uma rede que envolve mediação, condições materiais, entre outros aspectos, ter como aposta *começar por si*, poderia contradizer o caminho. Contudo, começar por si, no sentido aqui proposto, significa assumir a esfera subjetiva entre aquele que lê e a palavra do outro. Um encontro subjetivo radical, autoral, no qual a mediação se dá pela estética da palavra. O que a leitura provoca no leitor? O que faz um leitor com aquilo que lê? Desse modo, começar por si implica uma perspectiva de formação do leitor a partir da ideia de *movimentar o mundo a partir do meu lugar* e, em alguma medida, essa proposta se relaciona ao comprometimento do leitor diante do texto literário. Mas, também, pode tratar do encontro com a literatura como *empreendimento audaz e poderoso* que envolve o *pensamento*, a *palavra* e a *ação*, sugerindo que ir ao encontro da literatura trata da força humanizadora do sujeito no mundo, porque o primeiro caminho é a humanização de nós mesmos. Muitas vezes, no contexto da formação de adultos, a literatura é um encontro inaugural que se dá, pelas mãos e voz de outra pessoa. Mas, a partir do encontro, o que cada um faz com a força *desse empreendimento*?

Pelas mãos de Graciliano Ramos (2013), no autobiográfico *Infância*, toma-se conhecimento do menino para quem a leitura foi construção solitária, atravessada pela

aspereza de uma vida que o menino enfrentava e temia. Anos mais tarde, ao escrever suas memórias, o agora autor não teria sido tomado pelo *empreendimento audaz e poderoso de começar por si mesmo?*

Leitura.

Largou pela segunda vez a interrogação pérfida. Não me sentia propenso a adivinhar os sinais pretos do papel amarelo? Foi assim que se exprimiu o Tentador, humanizado, naquela manhã funesta. A consulta me surpreendeu. Em geral não indagavam se qualquer coisa era do meu agrado: havia obrigações, e tinha de submeter-me. A liberdade que me ofereciam de repente, o direito de optar, insinuou-me vaga desconfiança. Que estaria para acontecer? Mas a pergunta risonha levou-se a adotar procedimento oposto à minha tendência. Receei mostrar-me descortês e obtuso, recair na sujeição habitual. Deixei-me persuadir, sem nenhum entusiasmo, esperando que os garranchos do papel me dessem as qualidades necessárias para livrar-me de pequenos deveres e pequenos castigos. Decidi-me. [...]”. (RAMOS, 2013, p. 31).

A decisão do menino Graciliano teve consequências no seu corpo e, por longo tempo, na sua relação com as palavras e seus segredos ocultos. Mais tarde, ao escrever suas memórias, o escritor reinventa a própria narrativa. Perdoa o pai, acolhe o menino, revelando ser possível começar, a partir de si mesmo, trajetória nova no encontro com a literatura e, no seu caso, no ofício de a escrever. Fez linguagem prosa poética da crueza de suas experiências. *Ao começou por si*, revirou as próprias memórias e, *pela e na* palavra, tomou de sua história.

Experiência contrária à de Todorov (2009):

Eu podia satisfazer minha curiosidade, viver aventuras, experimentar temores e alegrias, sem me submeter às frustrações que espreitavam minhas relações com os garotos e garotas da minha idade e do meu meio social. Não sabia o que queria fazer da minha vida, mas estava certo de que teria a ver com a literatura. (p. 16).

Para os dois leitores, literatura e rememoração caminharam lado a lado e reinventam a produção de sentidos. Considerar a formação do leitor de literatura como aposta decisiva de *começar por si* significa implicação do sujeito: por que leio ou não? Como sou tocado pelo que leio? O que faço com o que leio?

Essa primeira proposta converge à ideia do *direito* como algo instaurado na pessoa que lê mobilizada pelo seu desejo. Todos carregam uma história da qual se

lembram e a qual podem narrar. História que provoca atualizar o presente como leitores não só dos livros, mas também da vida, da esfera social,

[...] mas, para que o homem alcance esse grande feito, ele precisa primeiro – partindo de todos os penduricalhos de sua vida – chegar ao seu “eu”, ele precisa se encontrar, não o eu evidente do indivíduo egocêntrico, mas o “eu” profundo da pessoa que vive numa relação com o mundo. (BUBER, 2006, p. 34).

Começar por si trata de compreender tanto a força motriz que se dá no encontro com a literatura como tecer a urdidura que a faz permanecer viva, atual e presente na vida.

Proposta 2 – TER O TEMPO COMO COMPANHEIRO

Na *Odisseia* (2009), o personagem de Ulisses embarca para a guerra de Troia e, durante anos, não se tem notícias suas. Com o passar do tempo, Penélope, sua esposa, é incentivada por seu pai a casar-se novamente. Para escapar de um novo matrimônio, mas temendo a ira do pai, Penélope aceita a corte de novos pretendentes com a condição de só se casar quando terminasse de tecer uma túnica para o pai de seu amado. Como estratégia, Penélope tece durante o dia e, à noite, secretamente, destece o bordado. Driblando o tempo, a heroína faz com que seu trabalho seja interminável, enquanto espera pelo regresso de seu amado Ulisses.

A dimensão do tempo é tomada na sua face subjetivamente tramada em oposição ao tempo linear, cronológico, disciplinador presente em muitas instituições e práticas em torno da leitura literária. O tempo como companheiro convoca o leitor a encontrar e habitar a casa de dentro. Desse modo, é também sobre o tempo da fantasia, da fabulação, por sua natureza mais plástica e alargado que o tempo contado no relógio; regido por Aion, deus da mitologia grega do tempo vindouro. Ler literatura e ter o tempo como companheiro significa descoordenar, provocar um curto circuito na objetividade do tempo exterior à temporalidade subjetiva daquele que lê. Onde ler? Como ler? É possível voltar ao mesmo livro? Há tempo definido para leitura? Há tempo para experimentar a literatura de modo plástico, estendido num tempo medido pelo valor subjetivo dos afetos?

Parece ser esse tempo que Clarice Lispector convoca em *Um sopro de vida* (1999):

Fiquei sozinha um domingo inteiro. Não telefonei para ninguém e ninguém me telefonou. Estava totalmente só. Fiquei sentada num sofá com o pensamento livre. Mas no decorrer desse dia até a hora de dormir tive umas três vezes um súbito reconhecimento de mim mesma e do mundo que me assombrou e me fez mergulhar em profundezas obscuras de onde saí para uma luz de ouro. Era o encontro do eu com o eu. A solidão é um luxo. (p. 66-67).

A autora narra sobre o sentimento de encontrar-se consigo mesma mediante a luxuosa companhia da solidão. E, o leitor toma conhecimento dessa possibilidade na sua palavra literária. Pela palavra que endereça ao outro, Clarice provoca que o leitor vagueie pela casa de dentro, pela subjetividade. Não seria, a proposta de assumir o tempo como companheiro constituidor do direito do leitor, um luxuoso direito de humanização? Para Candido,

[...] a produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, organizar o mundo. (2011, p. 79).

Ter o tempo como companheiro significa assumir que entre leitor e texto literário existe um encontro que mobiliza esferas subjetivas que rompem com o tempo lógico de aproximação, porque é um encontro entre olhos e palavras; entre a subjetividade de quem lê com a de quem escreve. O tempo opera no intervalo do encontro, abrindo possibilidades plásticas para a produção de sentidos. Tempo, desse modo, trata de respeito aos processos de humanização pretendidos pela literatura.

Proposta três – TER O OUTRO COMO CÚMPLICE

Se uma proposta de formação do leitor não toma o outro como cúmplice, a literatura não exerce seu papel, tornando os textos literários “[...] anões sentados em ombros de gigantes.” (TODOROV, 2009, p. 31). Ter o outro como cúmplice admite tanto o outro da palavra literária quanto àquele(s) ao(s) qual(ais) o sujeito se dirige, partilha, convida para os sentidos que a leitura provoca, assumindo o dialogismo como condição de ser leitor. Esse convite, tantas e significativas vezes, se dá na própria palavra literária:

O homem que chegou aos quarenta anos pescava, cozinhava para si os peixes com paciência e cuidado, sentava-se à mesa a ouvir quem ia estender-se ao sol ou jogar bola ali ao pé do mar. Ouvia aquela companhia, que era uma réstia de companhia ou companhia nenhuma, e comia os seus peixes a pensar que tinha de haver solução. Decidiu que sairia à rua dizendo às pessoas que era um pai à procura de um filho. Queria saber se alguém conhecia uma criança sozinha. Dizia às pessoas que vivia no bairro dos pescadores, porque era um pescador, e dizia que os amores lhe tinham falhado, mas que os amores não destruíam o futuro [...]. E muito pouco lhe importava o disparate, tinha nada de vergonha e sonhava tão grande que cada impedimento era apenas um pequeno atraso, nunca a desistência ou a aceitação da loucura. Pensava que quando se sonha tão grande a realidade aprende. (MÃE, 2011, p. 12-13).

A ideia *de que quando se sonha tão grande a realidade aprende*, manifesta na poética de Valter Hugo Mãe, torna-se arrebatadora. O mundo se sonha e se projeta na articulação de muitas vozes. O homem sonha e, junto a sonhos de outros homens, o mundo tem se reinventado. Trata-se de uma premissa que não é óbvia, nem tampouco assumida nos contextos de formação. A literatura tem estado a serviço de promover encontros – com o *outro* da palavra literária, com o *outro* sujeito de escuta e partilha – ou do pragmatismo? Para Torodov (2009), o ensino de literatura tem se ocupado do pragmatismo. Estuda-se as formas da literatura, mas não seu conteúdo que é a própria palavra poética e, no seu entendimento, é preciso ir além, escapar das formas restritas que enformam a literatura, porque “[...] as obras existem sempre dentro e em diálogo com um contexto; não apenas os meios não devem se tornar o fim, nem a técnica nos deve fazer esquecer o objetivo do exercício [...]” (p. 32).

Na e pela palavra literária, escavando seus sentidos, pode-se assumir o outro como cúmplice. Em Mãe, na narrativa *O filho de mil homens* (2011), o sonho de ter um filho trata da busca de um outro com quem compartilhar vida e experiências. O pescador busca um filho não porque estivesse entediado de viver só, mas pela procura do vínculo, do laço que conecta um homem a outro.

Em que medida a literatura é tomada como chave dialógica de encontro com o outro? A cumplicidade com o outro extrapola o ensino da literatura e visa buscar esse *outro* como interlocutor na partilha das inquietações que a experiência da literatura provoca – alegrias, assombros, dúvidas, incertezas, discordâncias, conciliações, amor, ódio, inveja –, sentimentos humanos que se tornam admitidos e legítimos quando trocados com o outro.

Proposta quatro – TER A CULTURA COMO CHAVE

Ter a cultura como chave e a literatura como enfrentamento do mundo. Se a realidade da vida confronta, desarruma, inquieta, dilacera, a literatura, com seu poder de reinvenção, porque toma a vida como seu conteúdo, torna-se ação política e ética. Já não se está na esfera do *si mesmo* apenas, mas agindo na esfera social e política quando se assume a diversidade cultural como chave dialógica e responsiva de ação. Ler literatura, sob os aspectos aqui argumentados, transita na interface com a responsabilidade:

Todos sabemos que a nossa época é profundamente bárbara, embora se trate de uma barbárie ligada ao máximo de civilização [...]. Se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo o que o nosso tempo apresenta de negativo. Quem acredita nos direitos humanos procurar transformar a possibilidade teórica em realidade empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra. Inversamente, um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e no entanto não se empenhar nela. (CANDIDO, 2011, p. 172).

A literatura pode ser a arena possível para enfrentar temas pungentes e atuais da cultura. Por sua capacidade de reunir e fazer conviver diferentes vozes, por sua diversidade e capacidade dialógica pode acolher o debate das diferenças, da tolerância, daquilo que inibe, que assombra, que rechaça. A literatura pode ser acolhimento quando, na voz do outro, encontra-se eco do que provoca e não se tem coragem de proferir em voz alta. O encontro com a cultura, manifesta na palavra literária, comporta o silêncio.

Vivo agitado, cheio de terrores, uma tremura nas mãos, que emagreceram. As mãos já não são minhas: são mãos de velho, fracas e inúteis. As escoriações das palmas cicatrizaram. Impossível trabalhar. [...] Não posso pagar o aluguel da casa. Dr. Gouveia aperta-me com bilhetes de cobrança. Bilhetes inúteis, mas dr. Gouveia não compreende isto. Há também o homem da luz, o Moisés das prestações, uma promissória de quinhentos mil-réis, já reformada. E coisas piores, muito piores. (RAMOS, 2013, p. 7).

O que seriam “coisas piores, muito piores”? O autor deixa suspenso, em ponto final. A cultura, como esse conjunto de valores e regras que ordenam a vida social, instiga suas dores e desafios, mas também se faz chave para entendimentos.

Proposta cinco – RECONHECER A LITERATURA COMO ALTERIDADE

A alteridade se constitui como marca da experiência humana (CANDIDO, 2011), embora nem sempre seja assim reconhecida. A literatura carrega a alteridade em sua gênese, pela natureza de sua constituição, porque é sempre a voz de alguém que dedicou tempo a construir uma ideia, uma trama, um drama, uma polissemia de vozes e imagens que ocupam sua função no texto. A literatura é alteridade quando coloca o homem frente à realidade do mundo e do outro. Não para analisá-la, mas para suportar a radical humanidade do mundo, porque “[...] as forças sociais, políticas, étnicas e psíquicas, das quais o texto literário supostamente deveria ser consequência; ou, ainda os efeitos desse texto, sua difusão, seu impacto no público, sua influência sobre outros autores [...]” (TODOROV, 2009, p. 38) impactam na consciência daquele que lê e, desse modo, pode redimensionar seu próprio lugar no mundo.

De modo poético, na trilogia “Areias do Imperador”, encontramos resposta a essas reflexões nas palavras de Mia Couto (2015). O primeiro livro da trilogia, *Mulheres de cinza*, narra a saga de *Imani* entre tradição e a iminência brutal de uma guerra que não cessa de deixar mortos sob seus pés. Em seu desespero, a personagem entoava um lamento de dor:

Entrei na aldeia completamente nua e pareceu-me que tinha errado no destino. Nkolalai [a aldeia em que se passa a trama] estava deserta. Mais do que deserta, dava a ideia de que nunca ali tinha vivido alguém. Gritei, chorei, derramei-me. As mulheres, aos poucos, acorreram. *Por que gritas, minha filha?*, perguntavam. Não sabia responder. A maior parte das vezes gritamos para deixarmos de nos escutar a nós mesmos. *Por que choras assim?*, voltam a perguntar. E uma vez mais ficaram sem resposta. Não tem palavra quem regressa dos mortos. [...] Eis o que faz a guerra: a gente nunca regressa a casa. Essa casa – que outrora foi nossa –, essa casa morre, nunca ninguém nela nasceu. E não há leito, não há ventre, não há sequer ruína a dar chão às nossas memórias. (COUTO, 2015, p. 261).

A experiência radical da guerra assumida como perda: da casa material, da casa interior, subjetiva. O cenário no qual habitava a vida, agora se faz palco das ruínas, onde não há chão para as memórias.

Os livros, os autores, a palavra literária se torna presença pelas mãos de outro. Essa também é uma marca da alteridade que afeta os sujeitos, de modo que essa proposta se relaciona diretamente às práticas que promovem a circularidade da literatura

nos contextos sociais, de formação, de vida. A literatura como escuta e diálogo no exercício de ir ao encontro da alteridade e, mais ainda, suportar a alteridade como condição de se estar vivo. Assumir a alteridade como elemento constituinte na formação do leitor coloca o sujeito frente à realidade do mundo ficcional e real, do outro literário e real, não como análise que reduz sentidos, mas como palavra que revela a radical humanidade do mundo. A literatura é alteridade porque coloca diante dos olhos do mundo aquilo que afeta o outro, que escancara a marca da singularidade humana e sua potência de sentir de modo diverso, não para responder, classificar ou julgar, mas para lembrar que os afetos, sejam quais forem, não têm outro endereço que não seja a morada à qual todos os sujeitos pertencem.

Proposta seis – NÃO PERMANECER EM SI MESMO

Martin Buber aponta como caminho para o homem chassídico começar consigo mesmo e, do mesmo modo, aconselha-o a *não se ocupar consigo mesmo*. Toma-se de empréstimo essa consigna na última proposta:

Aprendemos que cada um deve tomar consciência de si mesmo, escolher seu caminho especial, unificar o seu ser, começar consigo mesmo; agora, porém, nos dizem que é para esquecermo-nos de nós mesmos. Mas, é preciso apenas escutar com atenção para perceber como isso não apenas é coerente com o que foi falado como também surge como ingrediente necessário em seu lugar no todo. É preciso apenas perguntar: “Para quê?”. Para que preciso contemplar a mim mesmo, para que preciso achar meu caminho particular, para que preciso unificar meu ser? A resposta é: não é por mim. Por isso estava dito: começar consigo mesmo. Começar consigo, mas não terminar consigo; partir de si, mas não ter a si mesmo como fim; compreender-se, mas não se ocupar consigo mesmo. (BUBER, 2006, p. 37-38).

Longe de contradizer a aposta anterior, a premissa *não permanecer em si mesmo* busca indagar: por quais caminhos se dá a formação do leitor literário? Por onde circulam imagens dos sentidos produzidos diante da leitura? Que ouvidos escutam e que vozes compartilham, socializam essa produção de sentido?

No início, diante da literatura, advogou-se como proposta o comprometimento do leitor diante do que lê, seja o assombro, a alegria, o torpor, o espanto. Agora, nessa última proposta, advoga-se pelos gestos responsáveis daquele que dá a ler, cujas mãos promovem a circularidade da leitura.

Começar *por si mesmo*: ir ao encontro da literatura, suportar a alteridade que ela impõe, assumir a dimensão subjetiva do tempo para ler, imaginar, fantasiar, criar; sair de si para experimentar outras faces no encontro com a cultura, com o outro, com a radical alteridade do mundo, ou, para fazer presente a palavra literária, dizer “[...] tive um sonho nítido inexplicável: sonhei que brincava com o meu reflexo. Mas meu reflexo não estava num espelho, mas refletia uma outra pessoa que não eu.” (LISPECTOR, 1999, p. 27).

A formação do leitor, nesses termos, toma de empréstimo a imagem do espelho no movimento circular do caleidoscópio: faz-se necessário começar por si mesmo, mas fazer os livros, as palavras, a literatura girar, como se o movimento circular fizesse as ações voltarem ao seu início. E tudo inicia novamente.

Não ficar em si mesmo como aposta coletiva, ética, política, estética de que há na literatura um encontro marcado com novas chances de compreender e viver a realidade da vida. Não ficar em si mesmo como parte do compromisso com a formação do leitor, que é atravessada pelos gestos de todos e de cada um que se ocupa com a formação humana, visto que “[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão de mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza.” (CANDIDO, 2011, p. 188). Em alguma medida, esta última proposta reúne as cinco anteriores, pois acredita que a partilha entre os leitores tece subjetivamente o compromisso com a formação de outros tantos leitores, forjando a possibilidade, e a potência, de uma comunidade de leitores.

Não permanecer em si mesmo convoca a face mediadora e intencional da formação do leitor. Entregar um livro não basta, *é preciso ir além*, como afirma Todorov. E isso porque

[...] devemos lembrar que além do conhecimento por assim dizer latente, que provém da organização das emoções e da visão do mundo, há na literatura níveis de conhecimento intencional, isto é, planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor. (CANDIDO, 2011, p. 182).

A literatura como conhecimento precisa ser tomada como compromisso ético, político, estético das instituições de ensino, na contramão da técnica que fragmenta o saber e a experiência. *Começar, mas não terminar em si mesmo* pode ser anúncio, encontro, partilha na formação do leitor.

3 O que pode, afinal, a literatura como ética, alteridade e direito?

Todorov indaga “o que pode a literatura?” e responde: “a literatura pode muito” (2009, p. 76). No contexto contemporâneo, no qual a sombra do retrocesso subjaz práticas baseadas em direitos arduamente conquistados e fragilmente mantidos, a literatura legitima a voz das diferenças em busca de igualdade, de eco na manutenção dos direitos individuais e coletivos. A vida, como revelam os autores que comparecem neste texto, é prenhe de assombro, espanto, dor, vitória, lágrima e luta.

A formação do leitor de literatura deve ter compromisso ético assumido por muitas esferas – política, institucional, humana –, que implica começar por si, mas não terminar em si mesmo. Implica o reconhecimento da circularidade da literatura como direito humano, porque a palavra literária organiza os sentimentos e o sentido de caos do mundo.

Ler literatura envolve encontros, palavras e ações com livros, entre pessoas, na partilha das histórias, no enfrentamento dos desafios que constroem conquistas que garantam condições materiais que tornem possíveis o acesso aos livros, às mediações que afiancem às pessoas espaços subjetivos e objetivos, para que possam se constituir leitores de literatura, pois “[...] uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.” (CANDIDO, 2011, p. 193).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Biblioteca na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/esistema-estadual-de-bibliotecas-publicas/leituras-recomendadas/100_por_politica_formacao_leitores_v1.pdf. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 maio, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. **Legislação sobre livro e leitura**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/14536>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BUBER, M. **O caminho do homem segundo o pensamento chassídico**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Editora Realizações, 2006.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, A. O direito a literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Ouro Sobre o Azul, 2011.

COUTO, M. **Mulheres de cinza: as areias do imperador**. Uma trilogia moçambicana, livro 1. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

LISPECTOR, C. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

HOMERO. **Odisseia**. Trad. Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Montecristo Editora. [Versão digital]. 2009.

MÃE, V. H. **O filho de mil homens**. São Paulo: Cosacnaif, 2011.

QUEIRÓS, B. C. de. **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RAMOS, G. **Infância**. Posfácio de Cláudio Leitão. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. [e-book].

RAMOS, G. **Angústia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. [e-book].

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. 2. ed. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

Data de submissão: 20/05/2018

Data de aprovação: 25/10/2018